



### **ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 257/2025**

Dispõe sobre a designação dos membros da Comissão Especial de Acompanhamento da Dívida Municipal (CEDPM), instituída pela Resolução nº 28/2025, e dá outras providências.

O presidente da Câmara Municipal de Apucarana, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no artigo 35 da Lei Orgânica do Município e na Resolução nº 28/2025, que instituiu a Comissão Especial de Acompanhamento da Dívida Municipal,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 28/2025, que criam a Comissão Especial de Acompanhamento da Dívida Municipal, definindo sua finalidade, composição e forma de funcionamento;

CONSIDERANDO a necessidade de proceder à designação dos vereadores que comporão a referida Comissão, observando-se a representação prevista e a escolha das funções de Presidente, Relator, Secretário e Membros, conforme preceitua a norma aprovada pelo Plenário;

### ***RESOLVE:***

**Art. 1º** Ficam designados os vereadores abaixo relacionados para compor a Comissão Especial de Acompanhamento da Dívida Municipal – CEDPM, instituída pela Resolução nº 28/2025, com a seguinte composição:

<b>Função</b>	<b>Vereador</b>
Presidente:	Valdeir Tiago Batista Cordeiro de Lima
Relator:	Moisés Tavares Domingos
Secretário:	Lucas Ortiz Leugi
Membro:	Odarlone Santos de Souza Oriente
Membro:	Eliana de Lourdes Lima Rocha





**Art. 2º** A Comissão ora designada tem como finalidade:

- I – Analisar a composição da dívida consolidada e fluante do Município;
- II – Acompanhar as retenções realizadas em transferências constitucionais;
- III – Propor alternativas de renegociação, reestruturação e equilíbrio fiscal;
- IV – Fiscalizar a observância dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Resoluções do Congresso Nacional;
- V – Promover a participação popular, por meio de audiências públicas e consultas;
- VI – Realizar diligências, inspeções in loco e oitivas para coleta de subsídios.

Parágrafo único. As competências da Comissão Especial de Acompanhamento da Dívida Municipal não excluem nem substituem as atribuições das Comissões Permanentes, especialmente a de Finanças, Economia e Orçamento, atuando a CEDPM de forma complementar e coordenada.

**Art. 3º** A Comissão terá duração de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período mediante deliberação do Plenário.

**Art. 4º** A Comissão deverá apresentar relatórios parciais, contendo:

- I – Diagnóstico da situação da dívida;
- II – Medidas já adotadas pelo Poder Executivo;
- III – Recomendações legislativas e administrativas.

**Art. 5º** A Comissão poderá:

- I – Solicitar informações a órgãos externos, tais como a Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como a instituições financeiras, observada a legislação aplicável;
- II – Convocar Secretários Municipais, dirigentes de entidades da Administração Direta e Indireta e outros agentes públicos para prestarem esclarecimentos, além de promover audiências públicas, conforme o Regimento Interno;
- III – Realizar inspeções e diligências, inclusive com apoio técnico do corpo de servidores da Câmara Municipal.

§ 1º. As requisições e convocações deverão observar prazos razoáveis e ser instruídas com a indicação do objeto.

§ 2º. O não atendimento injustificado às requisições da Comissão será comunicado ao Plenário e, se for o caso, aos órgãos de controle competentes.

**Art. 6º** As reuniões da Comissão Especial de Acompanhamento da Dívida Municipal serão públicas, com transmissão pelos canais oficiais da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A publicidade observará a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), resguardando dados sigilosos, estratégicos ou protegidos por sigilo legal ou contratual, os quais serão tratados em sessão reservada.





**Art. 7º** O Relatório Final da Comissão conterá, no mínimo:

- I – Síntese histórica e quadro consolidado da dívida (estoque, composição, indexadores, prazos e garantias);
- II – Avaliação de riscos fiscais e de impactos nas finanças e nos serviços públicos;
- III – Análise de conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Acesso à Informação e normas contábeis públicas;
- IV – Recomendações e propostas normativas, incluindo minutas de lei, resolução, requerimentos e indicações, bem como plano de transparência com prazos e responsáveis.

**Art. 8º** A Comissão contará com apoio técnico-administrativo da estrutura da Câmara Municipal, podendo solicitar à Mesa Diretora a cessão de servidores e estagiários, sem aumento de despesa e observados os limites orçamentários e legais.

**Art. 9º** Os órgãos e entidades municipais deverão responder às requisições da Comissão em até 15 (quinze) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa expressa.

**Art. 10º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser amplamente divulgado no portal institucional da Câmara Municipal de Apucarana.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de  
Apucarana, 6 de outubro de 2025.

Danylo Acioli  
Presidente da Câmara Municipal de Apucarana

